

DOCUMENTAL

Fonte OESP

Data 25/9/99 Pg A17

Class III

AMBIENTE

Definidas áreas de preservação na Amazônia

Após 5 dias de debates em Macapá, foram mapeados 365 locais onde ações devem concentrar-se

LIANA JOHN

Enviada especial

MACAPÁ – O workshop de ações prioritárias para uso e preservação da biodiversidade na Amazônia definiu, depois de 5 dias de discussões em Macapá (AP), um total de 365 áreas, onde deve concentrar-se a ação governamental nos próximos anos. O grupo de 194 ambientalistas, pesquisadores e técnicos governamentais entrega neste fim de semana ao Ministério do Meio Ambiente o mapa-síntese das áreas prioritárias, acrescido de um banco de dados com explicações sobre cada prioridade, o status de cada área e as sugestões de medidas a serem tomadas.

O mesmo mapa e todos os relatórios temáticos, mais os documentos produzidos durante esta semana pelos especialistas, estarão disponíveis na Internet para a sociedade civil, a partir de quarta-feira, dia 29, no endereço (<http://www.socioambiental.org>). Os especialistas continuarão trabalhando em rede durante mais dois anos, pelo menos, para acompanhar a utilização de suas sugestões. “Não estamos propondo que as 365 áreas sejam transformadas em Unidades de Conservação”, esclarece João Paulo Capobianco, do Instituto Sócio Ambiental, coordenador do workshop. “Em alguns casos essas áreas já são Unidades de Conservação ou Áreas Indígenas, mas é necessária uma intervenção, no sentido de manejar adequadamente a biodiversidade, pesquisar melhor as espécies ou mudar a dinâmica para favorecer práticas mais adequadas.”

“Ficou demonstrada, no trabalho, a vocação florestal da Amazônia”, completa Adriana Moreira, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam). “Pelo menos 80% da cobertura florestal da região precisa ser preservada para que se mantenham suas funções ambientais básicas – como preservação da hidrologia, proteção da biodiversidade e suporte climático –, mas esses 80% não precisam ser parques, podem ser reflorestamentos, sistemas agroflorestais, reservas extrativistas, etc.”

José Pedro de Oliveira Costa, secretário de Biodiversidade do ministério, reforçou a intenção de utilizar os resultados do workshop nas reuniões internacionais previstas para outubro, em Bruxelas e em Brasília, relacionadas ao Programa Piloto de Florestas (PPG-7). Os representantes do ministério consideram que todo o conhecimento reunido e sistematizado durante o workshop fornecerá argumentos técnicos mais poderosos nas negociações com outros ministérios, no caso de conflito de interesse entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico.

Um dos conflitos mais evidentes é demonstrado no cruzamento dos cinco grandes corredores biológicos propostos para a Amazônia com os eixos de desenvolvimento de programas econômicos federais. Colocados no mesmo mapa, eles cortam um ao outro, numa clara demonstração da falta de diálogo entre diferentes esferas do mesmo governo.